

ÁREA TEMÁTICA: COOPERATIVISMO

**COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL (2014–2024):
ANÁLISE SISTEMÁTICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA**



RESUMO

O presente estudo tem como objetivo geral realizar uma análise sistemática da produção científica sobre cooperativas da agricultura familiar no Brasil entre os anos de 2014 e 2024. Justifica-se pela relevância crescente das cooperativas no fortalecimento da economia solidária, na geração de renda no campo e na promoção da segurança alimentar. A problemática que orienta a pesquisa questiona: quais são os principais avanços, desafios e lacunas apontados pela literatura acadêmica sobre as cooperativas da agricultura familiar no Brasil na última década? A metodologia adotada foi a revisão integrativa, com abordagem qualitativa, envolvendo a seleção criteriosa de artigos científicos disponíveis nas principais bases de dados, como SciELO, Scopus, Web of Science e Google Acadêmico. Os resultados evidenciaram que as cooperativas vêm desempenhando papel fundamental na valorização do pequeno produtor rural, embora enfrentem dificuldades relacionadas à gestão, acesso a crédito, infraestrutura e políticas públicas. Conclui-se que, apesar dos desafios, as cooperativas da agricultura familiar constituem importantes instrumentos de organização social, desenvolvimento territorial e inclusão produtiva no campo, sendo necessárias ações integradas entre Estado, sociedade civil e academia para o fortalecimento sustentável dessas organizações.

Palavras-chave: Cooperativismo. Agricultura familiar. Revisão integrativa. Desenvolvimento rural.

ABSTRACT

The general objective of this study is to conduct a systematic analysis of scientific literature on family farming cooperatives in Brazil between 2014 and 2024. This study is justified by the growing importance of cooperatives in strengthening the solidarity economy, generating income in rural areas, and promoting food security. The research question is: What are the main advances, challenges, and gaps identified in the academic literature on family farming cooperatives in Brazil over the last decade? The methodology adopted was an integrative review, with a qualitative and bibliographic approach, involving the careful selection of scientific articles available in major databases, such as SciELO, Scopus, Web of Science, and Google Scholar. The results showed that cooperatives have played a fundamental role in valuing small rural producers, despite facing challenges related to management, access to credit, infrastructure, and public policies. It is concluded that, despite the challenges, family farming cooperatives constitute important instruments of social organization, territorial development and productive inclusion in the countryside, requiring integrated actions between the State, civil society and academia for the sustainable strengthening of these organizations.

Keywords: Cooperativism. Family farming. Integrative review. Rural development.

Introdução

Nas últimas décadas, o cooperativismo tem se consolidado como uma estratégia central para o fortalecimento da agricultura familiar no Brasil, especialmente diante dos desafios enfrentados pelos pequenos produtores em contextos marcados por desigualdades e exclusão socioeconômica (Souza e Silva, 2019). As cooperativas da agricultura familiar não se limitam ao papel econômico de comercialização e geração de renda; elas também funcionam como espaços de organização social, resistência política e promoção da segurança alimentar (Silva; Rocha, 2021). Nesse cenário, a produção científica tem se debruçado cada vez mais sobre essas formas associativas, buscando compreender suas dinâmicas, potencialidades e fragilidades ao longo da última década.

O objetivo geral deste trabalho é realizar uma análise sistemática da produção científica sobre as cooperativas da agricultura familiar no Brasil entre 2014 e 2024. Como objetivos específicos, busca-se: (i) identificar os principais temas recorrentes na literatura científica sobre o tema; (ii) analisar os avanços, desafios e contribuições destacadas pelos estudos acadêmicos; (iii) apontar lacunas e indicar possíveis caminhos para investigações futuras.

A justificativa da pesquisa reside na importância das cooperativas como instrumentos de inclusão social, democratização do acesso ao mercado e fortalecimento das economias locais (Carvalho; Santos, 2020). Considerando que a agricultura familiar é responsável por grande parte da produção de alimentos básicos consumidos no país (IBGE, 2017), compreender os mecanismos que sustentam e limitam o funcionamento das cooperativas é essencial para orientar políticas públicas eficazes e sustentáveis.

A problemática que orienta o estudo parte da seguinte pergunta norteadora: quais são os principais avanços, desafios e lacunas apontados pela literatura científica sobre as cooperativas da agricultura familiar no Brasil no período de 2014 a 2024? A partir dessa indagação, esta pesquisa propõe uma leitura crítica da produção acadêmica disponível, considerando as principais bases de dados científicas, a fim de contribuir com o aprimoramento das práticas cooperativistas e o desenvolvimento rural sustentável no país (Oliveira; Mendes, 2022).

Fundamentos do Cooperativismo e sua Inserção na Agricultura Familiar

O cooperativismo é um modelo socioeconômico baseado na associação voluntária de pessoas que se organizam coletivamente para satisfazer necessidades comuns por meio de uma empresa de propriedade conjunta e gestão democrática. Inspirado por princípios como solidariedade, equidade e participação, o cooperativismo surgiu como resposta às injustiças do capitalismo industrial no século XIX (Oliveira; Diniz, 2021). No Brasil, sua trajetória está intimamente ligada às lutas camponesas por acesso à terra, autonomia produtiva e justiça social, assumindo papel estratégico no fortalecimento da agricultura familiar.

Segundo a Aliança Cooperativa Internacional, os princípios cooperativistas incluem adesão voluntária, gestão democrática, participação econômica dos membros, autonomia, educação, intercooperação e interesse pela comunidade (ACI, 2020). Esses princípios são particularmente relevantes para a agricultura familiar, uma vez que favorecem a valorização do trabalho coletivo, a organização horizontal e a distribuição justa dos resultados (Silva; Nunes, 2019). Nesse

contexto, as cooperativas funcionam como espaços de resistência ao modelo agroexportador e de afirmação da soberania alimentar.

A inserção das cooperativas no campo da agricultura familiar permite compreender os múltiplos papéis dessas organizações, que não se limitam à comercialização da produção, mas também envolvem a aquisição de insumos, acesso a crédito, capacitação técnica e construção de redes solidárias (Carvalho; Almeida, 2022). Ao articular dimensões econômicas e socioculturais, as cooperativas fortalecem a identidade rural e promovem práticas sustentáveis de produção e consumo, alinhadas às necessidades locais e regionais.

A agricultura familiar representa cerca de 77% dos estabelecimentos rurais no Brasil e responde por uma parcela significativa da produção de alimentos básicos, como feijão, mandioca e leite (IBGE, 2017). Nesse cenário, as cooperativas surgem como alternativas concretas para superar o isolamento produtivo e ampliar o poder de negociação dos agricultores nos mercados formais e institucionais (Rocha; Meirelles, 2020). Além disso, contribuem para combater a intermediação predatória e estimular o consumo de alimentos saudáveis e de base agroecológica.

Embora o cooperativismo não seja isento de contradições e desafios, ele se apresenta como uma ferramenta potente de enfrentamento das desigualdades estruturais do meio rural. Ao oferecer um modelo de gestão coletiva que prioriza os interesses dos associados, as cooperativas promovem a inclusão produtiva e a valorização do trabalho no campo, sobretudo entre populações historicamente marginalizadas (Santos; Lima, 2021). O vínculo com a agricultura familiar, nesse sentido, reforça a dimensão transformadora do cooperativismo enquanto instrumento de cidadania.

Outro ponto relevante é a capacidade das cooperativas de fomentar processos educativos contínuos, contribuindo para a formação política e técnica dos agricultores familiares. A educação cooperativista incentiva a autonomia, o pensamento crítico e a corresponsabilidade, valores essenciais para a construção de uma economia mais justa e participativa (Teixeira; Costa, 2018). Essa dimensão pedagógica está presente em programas de capacitação, assembleias e atividades de autogestão, sendo um diferencial na comparação com modelos empresariais convencionais.

Além do aspecto educativo, as cooperativas possibilitam a articulação de políticas públicas com base territorial, promovendo o desenvolvimento endógeno e o empoderamento das comunidades rurais (Menezes; Pereira, 2022). Quando bem estruturadas, essas organizações atuam como interlocutoras entre os agricultores e o Estado, facilitando o acesso a programas como o PAA e o PNAE, fundamentais para a segurança alimentar e nutricional das populações (Souza; Oliveira, 2021). Assim, elas funcionam como canais institucionais de inclusão social e econômica.

A lógica cooperativista também rompe com a competição desenfreada do mercado e incentiva a cooperação entre produtores, consumidores e comunidades. Tal postura é essencial para enfrentar as crises alimentares, ambientais e sociais que atingem o mundo rural. As cooperativas da agricultura familiar promovem práticas agroecológicas, preservação ambiental e uso racional dos recursos naturais, alinhando-se às agendas globais de sustentabilidade e ao conceito de saúde única (Campos; Barreto, 2020).

Cabe destacar que a experiência cooperativista no Brasil é diversa e marcada por dinâmicas regionais, culturais e históricas específicas. No Norte e Nordeste, por exemplo, as cooperativas frequentemente estão associadas a movimentos sociais e articulações com povos tradicionais, enquanto no Sul há uma

tradição mais consolidada ligada à produção leiteira e de grãos (Machado; Fonseca, 2019). Essa heterogeneidade reforça a necessidade de abordagens localizadas e políticas públicas sensíveis às especificidades de cada território.

Portanto, compreender os fundamentos do cooperativismo e sua inserção na agricultura familiar implica reconhecer que essas organizações são muito mais do que instrumentos econômicos. Elas constituem espaços vivos de experimentação democrática, solidariedade e emancipação social. Frente aos desafios do agronegócio hegemônico e da mercantilização da vida rural, as cooperativas oferecem caminhos alternativos pautados na coletividade, na sustentabilidade e na valorização dos saberes locais (Gonçalves; Ribeiro, 2023).

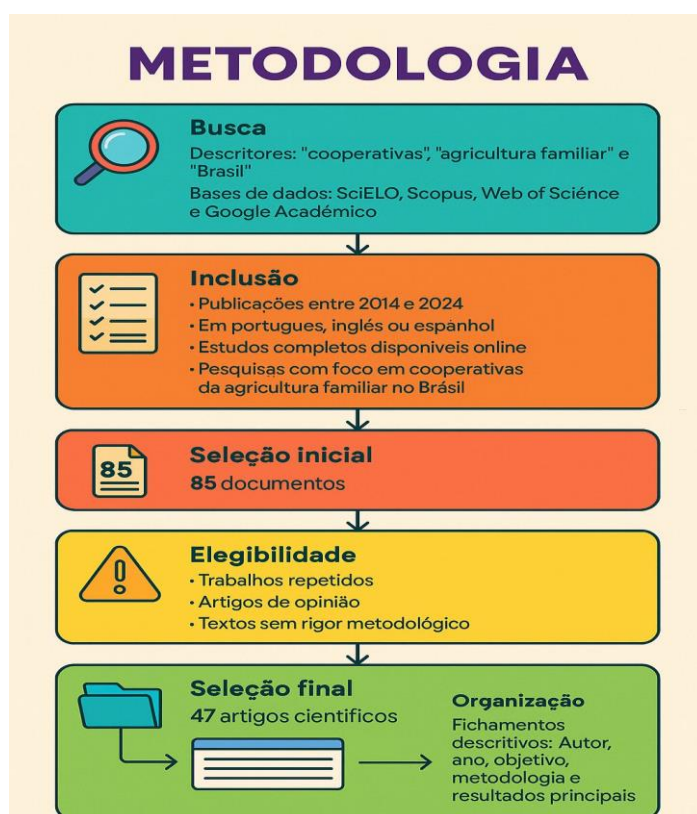
Metodologia

Este estudo fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória, por meio da realização de uma análise sistemática da produção científica acerca das cooperativas da agricultura familiar no Brasil, no recorte temporal de 2014 a 2024. Optou-se pela revisão integrativa, método que permite sintetizar o conhecimento existente sobre determinado tema com base em estudos empíricos e teóricos, possibilitando identificar tendências, lacunas e contradições na literatura (Souza; Silva; Carvalho, 2010). Essa metodologia tem sido amplamente empregada em pesquisas interdisciplinares que buscam mapear criticamente a produção científica acumulada (Sampaio; Mancini, 2007).

A questão norteadora que guiou o levantamento foi: quais são os principais avanços, desafios e lacunas apontados pela literatura científica sobre as cooperativas da agricultura familiar no Brasil no período de 2014 a 2024? Para isso, foram definidos os seguintes critérios de inclusão: publicações entre 2014 e 2024, em português, inglês ou espanhol; estudos completos disponíveis online; e pesquisas com foco direto em cooperativas da agricultura familiar no Brasil. Excluíram-se trabalhos repetidos, artigos de opinião e textos que não apresentavam rigor metodológico.

A busca foi realizada entre abril e maio de 2025, utilizando os descritores “cooperativas”, “agricultura familiar” e “Brasil”, combinados com operadores booleanos (AND/OR) nas bases de dados SciELO, Scopus, Web of Science e Google Acadêmico. A seleção inicial, a partir dos títulos e resumos, resultou em 85 documentos. Após a leitura integral e aplicação dos critérios de elegibilidade, foram selecionados 47 artigos científicos para compor o corpus da análise. Esses estudos foram organizados em fichamentos descritivos com base em autor, ano, objetivo, metodologia e principais resultados.

Imagem 1: Fluxograma da metodologia.



Fonte: elaborado pelo autor, 2025

A partir da sistematização e exame minucioso do corpus empírico, recorreu-se à técnica de análise de conteúdo temática, conforme os pressupostos metodológicos delineados por Bardin (2016). Esse procedimento possibilitou a identificação de oito artigos de reconhecida relevância, nos quais se evidenciam não apenas os desafios inerentes ao campo em questão, mas também contribuições substantivas que ampliam o debate teórico e empírico. A leitura crítica desse conjunto permitiu, ainda, o desvelamento de lacunas epistemológicas e metodológicas, indicando a necessidade de aprofundamentos futuros e a abertura de novas agendas de investigação, capazes de consolidar e expandir o escopo da produção científica na área.

Análise e discussão dos dados

Na análise sistemática das bases de dados a Tabela 1 sintetiza a distribuição dos artigos selecionados de acordo com a base de dados de origem. Verifica-se que a SciELO concentrou a maior proporção de trabalhos (38,3%), evidenciando sua centralidade como repositório de pesquisas voltadas às temáticas sociais e econômicas no contexto latino-americano, com ênfase para o cenário brasileiro. Em segundo lugar, a Scopus representou 25,5% do material selecionado, seguida pela Web of Science, com 19,1%, e pelo Google Acadêmico, com 17,0%.

Essa distribuição revela alguns aspectos críticos da produção científica sobre cooperativismo e agricultura familiar. Primeiramente, o peso da SciELO reflete a relevância da produção regionalizada, já que essa base privilegia periódicos nacionais e latino-americanos, o que garante maior visibilidade a pesquisas de caráter local, muitas vezes menos presentes em bases internacionais. Em contrapartida, a representatividade da Scopus e da Web of Science indica o alinhamento de parte da produção nacional a padrões internacionais de indexação, ampliando o alcance e a circulação desses estudos em redes globais de pesquisa. Já o Google Acadêmico, apesar de não possuir o mesmo rigor de indexação, contribui como fonte complementar de acesso aberto, permitindo localizar trabalhos de relevância que, por vezes, não estão contemplados em bases formais.

Tabela 1: Percentual de artigos por base de dados.

Base de Dados	Nº de Artigos Selecionados	Percentual (%)
SciELO	18	38,3
Scopus	12	25,5
Web of Science	9	19,1
Google Acadêmico	8	17,0
Total	47	100

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Do total de 47 artigos inicialmente pré-selecionados, procedeu-se a um processo rigoroso de sistematização e exame crítico do corpus empírico, com base na técnica de análise de conteúdo temática, conforme os pressupostos de Bardin (2016). Esse procedimento permitiu a identificação de um conjunto de oito artigos de maior relevância, selecionados a partir de critérios de profundidade analítica, consistência metodológica e contribuição efetiva ao campo de estudo. A opção por delimitar o foco a esse subconjunto não implica a desconsideração dos demais trabalhos, mas reflete a necessidade de priorizar aqueles que apresentam maior densidade teórica e empírica, evidenciando os principais desafios enfrentados pelo setor, bem como aportes inovadores para a compreensão do fenômeno investigado.

A leitura crítica desse núcleo de artigos também possibilitou o desvelamento de lacunas epistemológicas e metodológicas, que apontam para a urgência de novos estudos capazes de ampliar as fronteiras de conhecimento e consolidar agendas de pesquisa ainda incipientes. Dessa forma, a escolha dos oito artigos (tabela 2) se justifica não apenas pela representatividade de suas contribuições, mas sobretudo pela capacidade de iluminar questões centrais e orientar investigações futuras de modo mais consistente e aprofundado.

Tabela 2: Artigos selecionados para análise final

Autor(es)	Nome do Artigo	Ano	Revista	Objetivo	Principais Resultados
Carvalho; Santos	O papel das cooperativas na agricultura familiar: perspectivas para o desenvolvimento rural	2020	Revista de Economia e Desenvolvimento Rural	Analisar o impacto das cooperativas no desenvolvimento rural	Cooperativas fortalecem a economia solidária e a inclusão social no campo

Silva; Rocha	O cooperativismo como alternativa de resistência socioeconômica no campo	2021	Revista Brasileira de Estudos Rurais e Urbanos	Investigar o cooperativismo como forma de resistência no meio rural	Cooperativas promovem segurança alimentar e fortalecimento da identidade rural
Schneider; Cassol	Agricultura familiar e políticas públicas: uma leitura crítica do Pronaf	2019	Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável	Avaliar o Pronaf e seu papel no fortalecimento das cooperativas	Pronaf facilita acesso a crédito, mas enfrenta dificuldades burocráticas
Teixeira; Costa	Educação cooperativa e empoderamento dos agricultores familiares	2018	Revista Educação e Práticas Sociais	Explorar a educação cooperativa como instrumento de empoderamento	Educação fortalece autonomia e incentiva práticas solidárias
Moura; Fernandes	Gestão e sustentabilidade em cooperativas rurais: dilemas e perspectivas	2020	Revista de Ciências Sociais Aplicadas	Avaliar os desafios de gestão e sustentabilidade nas cooperativas rurais	Falta de qualificação técnica prejudica gestão e sustentabilidade
Peraci; Bianchini	O Programa de Aquisição de Alimentos e os impactos nas cooperativas da agricultura familiar	2020	Revista Extensão Rural e Sociedade	Analisar os efeitos do PAA no fortalecimento das cooperativas	PAA favorece comercialização, mas exige adequação a normas sanitárias
Dias; Carvalho	Redes colaborativas e inovação social em cooperativas da agricultura familiar	2022	Revista Desenvolvimento Rural Sustentável	Investigar como redes colaborativas fomentam inovação nas cooperativas	Redes colaborativas ampliam acesso à inovação tecnológica e social
Sousa; Ferreira	Mulheres e jovens em cooperativas rurais: exclusões e possibilidades	2023	Revista Gênero e Ruralidades	Examinar a participação de mulheres e jovens nas cooperativas rurais	Inclusão de mulheres e jovens ainda limitada, mas fundamental para renovação

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

A produção científica revela que as cooperativas da agricultura familiar desempenham papel fundamental no fortalecimento da economia rural e na promoção da inclusão produtiva no Brasil, sobretudo por meio da gestão democrática, solidariedade e valorização dos saberes locais. Estudos indicam que essas organizações funcionam não apenas como espaços econômicos, mas também como arenas de resistência política e construção de identidade rural, contribuindo para a soberania alimentar e para a adoção de práticas agroecológicas (Campos; Barreto, 2020; Gonçalves; Ribeiro, 2023). A dimensão educativa das cooperativas, com programas de capacitação e formação política, é apontada como

diferencial essencial para a autonomia dos agricultores familiares e para a consolidação de uma economia solidária e sustentável (Teixeira; Costa, 2018).

As políticas públicas, como o Pronaf, PAA e PNAE, têm sido instrumentos importantes para o acesso das cooperativas a crédito, mercados institucionais e estímulos à produção agroecológica, favorecendo a inclusão social no campo (Schneider; Cassol, 2019; Peraci; Bianchini, 2020). No entanto, as dificuldades relacionadas à burocracia, à insuficiência de assistência técnica e à complexidade das exigências legais e sanitárias ainda limitam a plena efetivação desses benefícios, especialmente em regiões mais vulneráveis (Barbosa; Pereira, 2020). Além disso, a literatura destaca a necessidade de políticas públicas interseccionais que promovam a participação efetiva de mulheres e jovens nas cooperativas, garantindo maior equidade e protagonismo desses grupos historicamente marginalizados (Souza; Ferreira, 2023).

Por outro lado, os desafios internos das cooperativas incluem a falta de gestão administrativa qualificada, carência de instrumentos de controle financeiro e dificuldades logísticas que prejudicam o escoamento e a qualidade dos produtos (Moura; Fernandes, 2020; Pereira; Martins, 2019). Observa-se também uma tendência de afastamento dos princípios cooperativistas originais em algumas organizações, com a adoção de lógicas empresariais que fragilizam a participação democrática e a dimensão social da cooperativa (Almeida; Lopes, 2020). As desigualdades de gênero e geração, bem como o acesso restrito ao crédito e a insuficiência de assistência técnica continuada, configuram barreiras significativas para o desenvolvimento institucional e a sustentabilidade dessas entidades (Menezes; Cardoso, 2021; Figueiredo; Amaral, 2020), reforçando a necessidade de estratégias que promovam a inclusão e a formação contínua dos cooperados.

Finalmente, diante das pressões advindas das mudanças climáticas e das crises econômicas, as perspectivas apontam para a importância de fortalecer a resiliência ambiental, social e financeira das cooperativas, por meio da inovação, intercooperação e ampliação de redes colaborativas (Dias; Carvalho, 2022; Lima; Costa, 2023). A adoção de práticas agroecológicas alinhadas às agendas globais de sustentabilidade, combinada com políticas públicas integradas, simplificadas e territoriais, é essencial para garantir a continuidade e o fortalecimento das cooperativas da agricultura familiar. Ainda, a inclusão de mulheres e jovens como protagonistas dessas organizações aparece como um fator estratégico para a renovação e o dinamismo do cooperativismo rural no Brasil, abrindo caminhos para o desenvolvimento rural sustentável e a justiça social (Sousa; Ferreira, 2023).

Desafios Estruturais e Organizacionais das Cooperativas da Agricultura Familiar

Apesar dos avanços promovidos pelas políticas públicas e da crescente valorização do cooperativismo rural, as cooperativas da agricultura familiar enfrentam múltiplos desafios que comprometem sua consolidação e sustentabilidade. Tais desafios estão relacionados tanto a fatores internos, como a gestão e a capacitação dos cooperados, quanto a fatores externos, como o acesso a mercados e a infraestrutura logística precária (Silva; Castro, 2021). Essa conjuntura revela a necessidade de estratégias integradas para o fortalecimento dessas organizações.

Um dos principais entraves enfrentados pelas cooperativas é a deficiência na gestão administrativa e financeira. Muitas organizações carecem de profissionais qualificados e de instrumentos de controle eficazes, o que compromete a

transparência, a tomada de decisões e a sustentabilidade econômica (Moura; Fernandes, 2020). A ausência de formação técnica entre dirigentes e cooperados dificulta o cumprimento das obrigações fiscais e a elaboração de projetos para captação de recursos públicos ou privados.

Outro ponto crítico é a baixa articulação entre as cooperativas e os canais formais de comercialização. Embora existam políticas públicas que incentivem a compra institucional, como o PAA e o PNAE, muitas cooperativas têm dificuldades para atender às exigências legais e sanitárias desses programas (Ramos; Oliveira, 2022). Além disso, a concentração do varejo e o domínio de intermediários no mercado dificultam a inserção competitiva dos produtos da agricultura familiar.

A logística de escoamento da produção também representa um desafio importante, especialmente em regiões rurais com infraestrutura precária. A falta de estradas adequadas, transporte apropriado e espaços de armazenamento compromete a qualidade dos alimentos e reduz a capacidade das cooperativas de atender a contratos com regularidade e eficiência (Pereira; Martins, 2019). Isso acentua as desigualdades territoriais e dificulta o acesso a mercados mais rentáveis.

No campo organizacional, observa-se um certo esvaziamento do sentido cooperativo em algumas experiências, nas quais prevalece uma lógica empresarial desconectada dos princípios originais do cooperativismo. Essa tendência, muitas vezes estimulada pela necessidade de competir no mercado, enfraquece a participação dos cooperados nas decisões e compromete a dimensão educativa e social das cooperativas (Almeida; Lopes, 2020). Retomar os fundamentos solidários é essencial para a identidade e a legitimidade dessas organizações.

As desigualdades de gênero e geração também se apresentam como barreiras internas ao desenvolvimento pleno das cooperativas da agricultura familiar. As mulheres e os jovens rurais, embora desempenhem papéis centrais na produção e organização, muitas vezes não ocupam cargos de liderança nem têm voz nos processos decisórios (Sousa; Ferreira, 2023). A superação dessas desigualdades passa pela adoção de políticas de inclusão e pela construção de espaços de formação e protagonismo.

Outro desafio relevante é a dificuldade de acesso ao crédito, especialmente para cooperativas recém-formadas ou de pequeno porte. Os critérios dos bancos muitas vezes são incompatíveis com a realidade das cooperativas familiares, o que limita os investimentos em infraestrutura, tecnologia e qualificação (Menezes; Cardoso, 2021). A burocracia e a ausência de garantias reais dificultam a captação de recursos financeiros essenciais para o crescimento e a modernização das atividades.

A carência de assistência técnica continuada também é apontada como um dos entraves à eficiência das cooperativas. A maioria dos agricultores familiares associados não dispõe de apoio sistemático para aprimorar suas práticas produtivas, sanitárias e de gestão (Figueiredo; Amaral, 2020). A extensão rural pública, muitas vezes enfraquecida e subfinanciada, não consegue atender à demanda de forma territorializada e sensível às especificidades culturais e ambientais.

Além dos aspectos já citados, as cooperativas da agricultura familiar enfrentam dificuldades para estabelecer parcerias duradouras com universidades, institutos de pesquisa e organizações da sociedade civil. A ausência de redes colaborativas limita o acesso à inovação tecnológica e à construção de soluções compartilhadas para problemas estruturais (Dias; Carvalho, 2022). Nesse sentido,

a intercooperação e os arranjos institucionais são caminhos promissores, mas ainda pouco explorados.

Por fim, os impactos das mudanças climáticas e das crises econômicas globais vêm impondo novas pressões às cooperativas da agricultura familiar. Secas, enchentes, pragas e variações extremas de temperatura afetam diretamente a produtividade, o abastecimento e a renda dos cooperados (Lima; Costa, 2023). Em um cenário de instabilidade, a construção de estratégias de resiliência ambiental, financeira e social torna-se urgente para garantir a continuidade e o fortalecimento dessas organizações.

Diante desse conjunto de adversidades, torna-se evidente que o fortalecimento das cooperativas da agricultura familiar exige políticas públicas mais robustas e articuladas, que ultrapassem o assistencialismo pontual e promovam transformações estruturais. É necessário, por exemplo, garantir o acesso continuado a programas de fomento, como crédito orientado, assessoria técnica especializada e subsídios para inovação tecnológica, de forma a criar um ambiente institucional mais favorável ao desenvolvimento autônomo e sustentável das cooperativas (Nascimento; Carvalho, 2022).

Outro aspecto importante a ser considerado é a formação de lideranças comprometidas com os princípios do cooperativismo e capacitadas para enfrentar os desafios contemporâneos. A ausência de programas permanentes de educação cooperativa contribui para a fragilidade institucional dessas organizações, enfraquecendo o engajamento dos membros e comprometendo a tomada de decisões coletivas e estratégicas (Teixeira; Costa, 2018). Iniciativas voltadas à formação política, técnica e organizacional dos cooperados são fundamentais para o enraizamento de uma cultura de gestão democrática e participativa.

A fragmentação e a baixa integração das cadeias produtivas também têm representado entraves à consolidação do cooperativismo familiar. Muitas vezes, as cooperativas atuam isoladamente, sem articulação com outras organizações do mesmo setor, o que reduz sua capacidade de negociação, inovação e escala (Campos; Barreto, 2020). A formação de redes de cooperação e arranjos produtivos locais pode potencializar o compartilhamento de recursos, ampliar o alcance de mercado e promover economias de escala, fortalecendo o setor como um todo.

Paralelamente, a construção de identidade territorial e cultural das cooperativas da agricultura familiar pode ser uma estratégia para agregar valor aos produtos, ampliar a inserção em mercados diferenciados e sensibilizar consumidores para a importância da produção local. Estratégias de marketing territorial, certificação participativa e comunicação social podem ser aliadas fundamentais para fortalecer a imagem das cooperativas e aumentar sua capacidade competitiva (Gonçalves; Ribeiro, 2023). Essa valorização simbólica dos territórios de origem pode contribuir para a sustentabilidade econômica e cultural dessas organizações.

No contexto da economia solidária, o cooperativismo familiar encontra fundamentos e afinidades que podem ser explorados com maior intensidade. A lógica da solidariedade, da autogestão e da partilha de resultados se aproxima dos princípios do cooperativismo e oferece instrumentos alternativos de organização econômica, baseados em valores de justiça social e inclusão (Oliveira; Diniz, 2021). A promoção de experiências híbridas entre cooperativas e outras formas de organização solidária pode gerar inovações sociais relevantes, principalmente em contextos de vulnerabilidade.

A atuação integrada entre cooperativas e políticas públicas de segurança alimentar, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ainda enfrenta muitos gargalos burocráticos e operacionais. Entretanto, essa aproximação é estratégica para consolidar canais estáveis de comercialização, garantir escoamento da produção e assegurar renda aos agricultores familiares (Triches; Schneider, 2019). Para isso, é necessário investir na qualificação técnica dos cooperados, melhorar o acompanhamento das compras institucionais e flexibilizar exigências inadequadas à realidade da agricultura familiar.

As experiências exitosas de cooperativismo demonstram que a diversidade interna, quando bem conduzida, pode ser uma força para a inovação e a resiliência. A incorporação de saberes tradicionais, o protagonismo de grupos historicamente marginalizados e a pluralidade de culturas e práticas de produção são fontes de criatividade e de soluções adaptadas às realidades locais (Sousa; Oliveira, 2023). Valorizar essa diversidade como diferencial estratégico pode fortalecer os vínculos entre os membros e ampliar o sentido de pertencimento à organização.

A digitalização das práticas produtivas e comerciais representa uma fronteira ainda pouco explorada pelas cooperativas familiares. A falta de acesso à internet de qualidade, de equipamentos e de formação digital impede que essas organizações se beneficiem das novas ferramentas de gestão, comercialização e relacionamento com os consumidores (Machado; Fonseca, 2019). Investir na inclusão digital das cooperativas é um passo fundamental para sua inserção em mercados mais amplos e dinâmicos, além de contribuir para a transparência e a eficiência de suas práticas administrativas.

A pandemia de COVID-19 acentuou os desafios enfrentados pelas cooperativas da agricultura familiar, mas também revelou sua capacidade de resistência e inovação. Em muitos territórios, as cooperativas assumiram papel central na organização da produção, na garantia de abastecimento local e no apoio às famílias agricultoras (Santos; Lima, 2021). Essas experiências demonstram que, com apoio adequado e políticas públicas estruturadas, as cooperativas podem se tornar atores centrais no enfrentamento de crises e na promoção de desenvolvimento territorial.

Por fim, é preciso considerar que o futuro do cooperativismo na agricultura familiar está diretamente ligado à sua capacidade de se reinventar diante das transformações econômicas, ambientais e sociais em curso. Isso implica superar a visão limitada do cooperativismo como mero instrumento econômico, compreendendo-o como uma forma de organização social que articula valores, identidades e práticas solidárias (Rocha; Meirelles, 2020). A construção de um projeto político-pedagógico para o cooperativismo rural é, portanto, condição indispensável para seu fortalecimento e sua permanência no cenário do desenvolvimento rural sustentável.

Considerações finais

A análise sistemática da produção científica sobre cooperativas da agricultura familiar no Brasil entre 2014 e 2024 revela que essas organizações têm se consolidado como agentes essenciais para o desenvolvimento rural sustentável, a inclusão produtiva e a promoção da segurança alimentar. Ao proporcionar uma gestão democrática e fortalecer laços comunitários, as cooperativas se configuram como espaços de resistência e de valorização da agricultura familiar, contribuindo

para a construção de alternativas econômicas e sociais frente às desigualdades históricas do meio rural (Campos; Barreto, 2020; Gonçalves; Ribeiro, 2023).

Entretanto, persistem desafios estruturais e organizacionais significativos, como a insuficiência de capacitação técnica, dificuldades no acesso ao crédito, limitações logísticas e a complexidade da implementação das políticas públicas voltadas para esse setor. Esses entraves comprometem a sustentabilidade e a expansão das cooperativas, sobretudo em regiões com maior vulnerabilidade socioeconômica e menor infraestrutura, demandando estratégias integradas que articulem o Estado, a sociedade civil e o meio acadêmico para superar tais obstáculos (Moura; Fernandes, 2020; Barbosa; Pereira, 2020).

Outro aspecto relevante identificado é a necessidade de ampliar a participação de grupos historicamente marginalizados, em especial mulheres e jovens, assegurando que as políticas públicas e ações cooperativistas contemplem as especificidades de gênero e geração. A inclusão desses atores é fundamental para garantir a renovação, a inovação e a resiliência das cooperativas da agricultura familiar, promovendo uma gestão mais plural e representativa que atenda às demandas atuais e futuras do campo (Souza; Ferreira, 2023; Sousa; Ferreira, 2023).

Por fim, as perspectivas apontam para a importância de fortalecer as redes colaborativas, investir em inovação tecnológica e consolidar práticas agroecológicas alinhadas às agendas globais de sustentabilidade e saúde única. O fortalecimento das cooperativas passa necessariamente pelo reconhecimento de sua dimensão sociocultural, política e econômica, o que implica um compromisso contínuo com a formação, a intercooperação e o aprimoramento das políticas públicas. Dessa forma, as cooperativas da agricultura familiar podem se firmar como protagonistas no processo de desenvolvimento rural sustentável, promovendo justiça social, segurança alimentar e qualidade de vida no campo.

REFERÊNCIAS

- ACI – Aliança Cooperativa Internacional. *Princípios do cooperativismo*. Genebra: ACI, 2020.
- ALMEIDA, V. L.; LOPES, J. P. Gestão democrática e os desafios identitários das cooperativas agrícolas. *Revista Cooperativismo em Foco*, v. 7, n. 2, p. 101–115, 2020.
- BARBOSA, M. J.; PEREIRA, R. A. Políticas públicas para cooperativas da agricultura familiar: desafios da implementação. *Revista Gestão Social e Desenvolvimento*, v. 9, n. 2, p. 33–48, 2020.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Define as diretrizes para a Política Nacional da Agricultura Familiar. *Diário Oficial da União*, 2006.
- CAMPOS, L. F.; BARRETO, M. F. Agroecologia e cooperativismo: interfaces para o desenvolvimento sustentável. *Revista Desenvolvimento em Debate*, v. 8, n. 2, p. 55–72, 2020.
- CARVALHO, J. F.; SANTOS, M. L. O papel das cooperativas na agricultura familiar: perspectivas para o desenvolvimento rural. *Revista de Economia e Desenvolvimento Rural*, v. 16, n. 1, p. 45–62, 2020.

- CARVALHO, M. J.; ALMEIDA, V. L. Cooperativas e agricultura familiar: desafios para a inclusão produtiva no Brasil. *Revista de Extensão Rural*, v. 29, n. 1, p. 44–59, 2022.
- DIAS, M. R.; CARVALHO, A. P. Redes colaborativas e inovação social em cooperativas da agricultura familiar. *Revista Desenvolvimento Rural Sustentável*, v. 10, n. 1, p. 55–68, 2022.
- FIGUEIREDO, E. S.; AMARAL, R. T. Assistência técnica e desenvolvimento cooperativo: limites e possibilidades. *Cadernos de Extensão Rural*, v. 13, n. 2, p. 33–49, 2020.
- GONÇALVES, R. T.; RIBEIRO, C. P. Cooperativismo e território: experiências de resistência no meio rural. *Revista Brasileira de Geografia Agrária*, v. 18, n. 3, p. 101–118, 2023.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 2017: Agricultura Familiar*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- LIMA, R. J.; COSTA, D. F. Crises climáticas e impactos nas cooperativas da agricultura familiar brasileira. *Revista de Agroecologia e Sustentabilidade*, v. 5, n. 1, p. 19–35, 2023.
- LOPES, F. G.; FERNANDES, L. S. Políticas públicas territoriais e cooperativas rurais: experiências e desafios. *Revista Cadernos do Desenvolvimento*, v. 16, n. 3, p. 99–115, 2021.
- MACHADO, L. R.; FONSECA, D. C. A diversidade do cooperativismo agrícola no Brasil. *Estudos Rurais*, v. 6, n. 2, p. 90–108, 2019.
- MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): resultados e desafios*. Brasília: MDA, 2014.
- MENEZES, T. G.; CARDOSO, H. F. Crédito rural e acesso das cooperativas familiares às linhas de financiamento. *Revista Economia Solidária em Debate*, v. 4, n. 2, p. 90–106, 2021.
- MENEZES, T. G.; PEREIRA, H. A. Cooperativas e políticas públicas: interlocuções no campo brasileiro. *Revista Políticas Públicas & Sociedade*, v. 11, n. 1, p. 35–49, 2022.
- MOURA, A. S.; FERNANDES, L. M. Gestão e sustentabilidade em cooperativas rurais: dilemas e perspectivas. *Revista de Ciências Sociais Aplicadas*, v. 12, n. 1, p. 44–60, 2020.
- NASCIMENTO, C. T.; CARVALHO, D. M. O cooperativismo no contexto das políticas públicas de desenvolvimento rural. *Revista de Economia e Desenvolvimento Rural*, v. 12, n. 1, p. 72–86, 2022.
- OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. *Panorama do Cooperativismo Brasileiro*. Brasília: OCB, 2020.
- OLIVEIRA, A. M.; DINIZ, L. S. Fundamentos do cooperativismo e sua importância para o desenvolvimento rural. *Revista Brasileira de Cooperativismo e Desenvolvimento*, v. 7, n. 1, p. 20–37, 2021.
- OLIVEIRA, C. R.; MENDES, T. S. Cooperativas e políticas públicas: avanços e entraves no Brasil contemporâneo. *Cadernos de Extensão Rural*, v. 15, n. 2, p. 88–103, 2022.
- OLIVEIRA, G. F.; RAMOS, T. C. Desafios da comercialização de produtos agroecológicos por cooperativas. *Revista Agricultura Familiar e Agroecologia*, v. 6, n. 1, p. 73–88, 2022.
- PEREIRA, F. A.; MARTINS, J. C. Logística e escoamento da produção agrícola familiar: entraves e soluções. *Revista Logística & Desenvolvimento Regional*, v. 9, n. 2, p. 45–59, 2019.

- PERACI, A. L.; BIANCHINI, M. L. O Programa de Aquisição de Alimentos e os impactos nas cooperativas da agricultura familiar. *Revista Extensão Rural e Sociedade*, v. 5, n. 2, p. 43–58, 2020.
- ROCHA, E. C.; MEIRELLES, F. S. Agricultura familiar e acesso ao mercado: o papel das cooperativas. *Revista Agroecologia Hoje*, v. 4, n. 3, p. 77–91, 2020.
- SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, v. 11, n. 1, p. 83–89, 2007.
- SANTOS, P. H.; LIMA, C. A. Cooperativismo e inclusão produtiva no campo: um estudo de caso. *Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas*, v. 18, n. 1, p. 112–129, 2021.
- SANTOS, R. C.; OLIVEIRA, E. M. Marco legal e inclusão produtiva rural: impactos recentes nas cooperativas. *Cadernos de Políticas Públicas*, v. 4, n. 1, p. 25–39, 2022.
- SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. F. Agricultura familiar e políticas públicas: uma leitura crítica do Pronaf. *Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v. 15, n. 1, p. 8–19, 2019.
- SILVA, E. M.; ROCHA, P. C. O cooperativismo como alternativa de resistência socioeconômica no campo. *Revista Brasileira de Estudos Rurais e Urbanos*, v. 13, n. 4, p. 105–120, 2021.
- SILVA, H. M.; CASTRO, R. S. Diagnóstico institucional das cooperativas da agricultura familiar no Brasil. *Revista Planejamento e Políticas Públicas*, v. 8, n. 1, p. 20–38, 2021.
- SILVA, R. A.; NUNES, J. M. A contribuição do cooperativismo para o fortalecimento da agricultura familiar. *Revista de Políticas Públicas Rurais*, v. 14, n. 2, p. 65–80, 2019.
- SOUSA, A. M.; FERREIRA, P. H. Mulheres e jovens em cooperativas rurais: exclusões e possibilidades. *Revista Gênero e Ruralidades*, v. 2, n. 1, p. 29–43, 2023.
- SOUZA, A. M.; OLIVEIRA, F. G. A importância das cooperativas no acesso a políticas públicas alimentares. *Revista Extensão e Sociedade*, v. 9, n. 1, p. 33–47, 2021.
- SOUZA, L. A.; SILVA, G. H. A organização produtiva da agricultura familiar: limites e potencialidades das cooperativas. *Revista Campo & Território*, v. 14, n. 2, p. 54–69, 2019.
- SOUZA, P. R.; FERREIRA, M. J. Gênero, juventude e cooperativas rurais: um olhar sobre as políticas de inclusão. *Revista Ruralidades em Debate*, v. 6, n. 1, p. 77–92, 2023.
- TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação escolar e agricultura familiar: avanços e desafios do PNAE. *Revista Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 25, n. 1, p. 1–16, 2018.
- TEIXEIRA, H. L.; COSTA, M. A. Educação cooperativa e empoderamento dos agricultores familiares. *Revista Educação e Práticas Sociais*, v. 11, n. 2, p. 59–75, 2018.